

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

* continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades Operacionais	13.443.772	(7.092.255)	3.989.587	(2.111.606)
Resultado líquido do exercício	13.443.772	(7.092.255)	3.989.587	(2.111.606)
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização	10.913.362	8.875.002	71	70
Depreciação do direito de uso	384.985	350.032	1.017	968
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (nota 19.2)	468.288	451.634	409	486
Resultado na venda e baixa de ativos não circulantes (nota 28)	475.267	163.033		
Resultado de equivalência patrimonial	409.265	13.924	(3.989.641)	2.037.585
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 26)	(7.550.610)	15.884.993		
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 26)	5.952.449	5.412.703	(1.329)	(1.004)
Custos de empréstimos capitalizados (nota 26)	(274.731)	(959.968)		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(1.029.877)	(1.254.424)		
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 26)	101.926	80.099		
Perdas (ganhos) com derivativos, líquidos (nota 26)	(7.328.684)	9.112.683		
Prêmio sobre liquidações antecipadas (nota 26)	110.060			
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	(1.516.458)	(1.431.530)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.2)	6.455.206	(7.431.845)	99	102
Juros sobre passivo atuarial e custo do serviço corrente (nota 21.2.3)	79.287	75.850		
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	(49.754)	138.291		(27)
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	119.417	2.585		
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	141.635	77.353		
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	193.152	130.727		
Outras	97.519	73.056	4.897	4.903
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	1.586.613	(808.048)		
Estoques	(216.357)	(863.353)		
Tributos a recuperar	(407.218)	(187.877)	6.349	(92.480)
Outros ativos	263.990	(18.369)	(167)	(212)
Acrécimo (decrécimo) em passivos				
Fornecedores	6.630	2.164.832		
Tributos a recolher	314.698	424.043	(69.458)	128.040
Salários e encargos sociais	(92.090)	365.060	(601)	236
Outros passivos	(233.550)	(32.216)	(4.114)	(4.522)
Caixa gerado das operações	22.818.192	23.716.015	(62.881)	(37.461)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(5.817.907)	(5.241.389)		
Custos de empréstimos capitalizados pagos	274.731	959.968		
Prêmio sobre liquidações antecipadas (nota 26)	(110.060)			
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.213.789	1.500.437		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(290.517)	(367.320)	(893)	(627)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	18.088.228	20.567.711	(63.774)	(38.088)
Atividades de Investimentos				
Adições de imobilizado (nota 15)	(4.578.849)	(9.190.609)	(23)	(20)
Adições de intangível (nota 16)	(82.492)	(162.042)		
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(7.913.483)	(7.180.450)		
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado e biológico	122.729	167.983		
Aumento de capital em controladas e coligadas	(22.024)	(41.281)		
Aplicações financeiras, líquidas	2.941.921	205.954		
Adiantamento para aquisição de madeira de operações com fomento e parcerias	(300.040)	(294.952)		
Dividendos recebidos	8.835		630.369	368.447
Aquisição de ativos		(2.595.974)		
Aquisição de controladas				
Aquisição de outros investimentos	(9.392)	(1.440.503)		
Caixa líquido de aquisição de controladas		19.113		
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(9.832.795)	(20.512.761)	630.346	368.427
Atividades de Financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.3)	23.871.760	15.692.905		
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos (nota 4.5.4)	530.655	(550.581)		
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(22.353.325)	(9.410.807)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(1.449.476)	(1.326.837)	(1.503)	(1.439)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.164.517)	(1.583.777)	(586.728)	(322.578)
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(20.668)	(58.467)		
Recuperação de ações	(191.918)	(2.806.764)		
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(1.777.489)	(44.328)	(588.231)	(324.017)
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.477.944	10.622	(21.659)	6.322
No início do exercício	9.067.796	8.392.148	43.056	36.734
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa.	(338.886)	665.026		
No final do exercício	15.206.854	9.067.796	21.397	43.056
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.477.944	10.622	(21.659)	6.322

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como "Suzano", que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto, papel revestido, papel cartão, papel não revestido e cut size, bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - tissue), para atendimento ao mercado interno e externo, além da exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista de qualquer outra sociedade ou empreendimento, e a geração de energia elétrica no processo produtivo da celulose e a sua comercialização. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. ("Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3 e American Depositary Receipts ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange - "NYSE") sob o ticker SUZ. A Suzano possui 16 unidades industriais, sendo 14 unidades no Brasil localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Mogi das Cruzes e duas unidades em Suzano (São Paulo), Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo (Mato Grosso do Sul) e duas unidades nos Estados Unidos localizadas nas cidades de Pine Bluff (Arkansas) e Waynesville (Carolina do Norte). Adicionalmente, possui seis centros de tecnologia, sendo quatro localizados no Brasil, um na China e um em Israel, 29 centros de distribuição e quatro portos no Brasil. No exterior, a estrutura é composta por aproximadamente 73 terminais, distribuídos entre Ásia, Europa, Estados Unidos, Equador e Argentina. A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada por meio de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas e/ou escritórios de representação localizados na Argentina, Áustria, China, Equador, Estados Unidos da América e Singapura. A Companhia também controla a Premesa S.A., que possui atividade imobiliária. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2026. **1.1. Participações societárias:** A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Suzano S.A.	Brasil	Direta	29,74%	29,66%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Celulose (USA) Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd.	Inglaterra	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltda.	Israel	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Brasil	Indireta	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Argentina S.A.U	Argentina	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Áustria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Canadá	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Equador S.A.S.	Equador	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy (3)	Finlândia	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Finance B.V	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Holding B.V	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Trade GmbH.	Áustria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Packaging LLC	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Material Technology Development Ltda.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Netherlands B.V.	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Suíça	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltda.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Trading Ltda.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Singapore Pte. Ltda.	Singapura	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT	Hungria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Ventures LLC	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Veracel Celulose S.A.	Brasil	Indireta	50,00%	50,00%
Allotrope Energy Ltd (2)	Inglaterra	Indireta	20,00%	20,00%
Biomass Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Brasil	Indireta	16,66%	16,66%

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1 - Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços (nota 27)	52.426.286	49.848.185		
Outras receitas	1.940.371	1.461.628	42	6
Receitas referentes à construção de ativos próprios (nota 15)	3.880.270	7.490.762		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(119.417)	(2.585)		
	58.127.510	59.197.990	42	6
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(21.373.085)	(17.525.511)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.089.020)	(11.315.155)	(1.064)	(838)
Provisão de perdas estimadas de ativos, líquida	(577.763)	(214.528)		
	(30.039.868)	(29.055.194)	(1.064)	(838)
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	28.087.642	30.142.796	(1.022)	(832)
4 - Depreciação, Exaustão e Amortização	(11.298.347)	(9.225.034)	(1.088)	(1.038)
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	16.789.295	20.917.762	(2.110)	(1.870)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(409.265)	(13.924)	3.989.641	(2.037.585)
Receitas financeiras	1.850.017	1.815.669	8.355	4.877
Variações cambiais ativas	9.651.189	3.167.760		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 26)	10.033.761	2.669.394		
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos (1)	(6.455.206)	7.431.845	(99)	(102)
	14.670.496	15.070.744	3.997.897	(2.032.810)
7 - Valor Adicionado para Distribuição	31.459.791	35.988.506	3.995.787	(2.034.680)
Pessoal				
Remuneração direta	4.271.834	3.661.513	2.078	1.517
Benefícios	1.076.263	847.686	1.552	1.562
F.G.T.S.	197.954	178.663	475	562
Impostos, taxas e contribuições	527.486	1.808.360	1.492	72.614
Federais	58.164	1.152.157	1.283	72.409
Estaduais	398.921	588.481		
Municipais	70.401	67.722	209	205
Remuneração de capitais de terceiros	11.942.482	36.584.539	603	671
Despesas financeiras (nota 26)	6.884.097	5.542.477	510	574
Instrumentos financeiros derivativos (nota 26)	2.705.077	11.782.077		
Variações cambiais passivas	2.100.579	19.052.753		
Aluguéis e outros	252.729	207.232	93	97
Remuneração de capitais próprios	13.443.772	(7.092.255)	3.989.587	(2.111.606)
Dividendos	438.471		438.471	
Resultado do exercício, líquido dos dividendos	3.551.116	(2.111.606)	3.551.116	(2.111.606)
Participação de não controladores	9.454.185	(4.980.649)		
8 - Distribuição do Valor Adicionado	31.459.791	35.988.506	3.995.787	(2.034.680)

1) Considerando os efeitos no exercício, a Companhia e suas controladas adotaram, de forma consistente com exercícios anteriores, a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono Ltda. (1)	Brasil	Indireta	8,33%	
Ensyn Corporation (4)	Estados Unidos da América	Indireta		24,80%
F&E Technologies LLC (5)	Estados Unidos da América	Indireta		50,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Brasil	Indireta	49,90%	49,90%
Simplifyber, Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	14,20%	13,91%
Spinnova Plc. ("Spinnova")	Finlândia	Indireta	18,76%	18,77%
Woodspine Oy ("Woodspine") (3)	Finlândia	Indireta	18,76%	50,00%
Spinnova Refining Oy (3)	Finlândia	Indireta	18,76%	
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A.	Brasil	Indireta	5,82%	5,82%
Cellulforce Inc.	Canadá	Indireta	8,28%	8,28%
Lenzing Aktiengesellschaft	Áustria	Indireta	15,00%	15,00%
Nfinite Nanotechnology Inc.	Canadá	Direta	4,90%	5,00%
Premesa S.A.	Brasil	Direta	98,65%	98,65%
Nemonorte Imóveis e				

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo. As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais. **2.1. Reapresentação das cifras comparativas:** Em 31 de dezembro de 2025, o ganho de variação no valor justo de ativos biológicos da Suzano no montante de R\$ 1.516.458 (R\$ 1.431.530 em 31 de dezembro de 2024) passou a ser apresentado em "Outras receitas" no grupo de Receitas na DVA ao invés de ser apresentada em "Materiais, energia, serviços de terceiros e outros" no grupo de Insumos Adquiridos de Terceiros e portanto, as cifras comparativas foram reapresentadas. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025. **3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. **3.1.1. Alterações do CPC 02 (R2)/IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025):** As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas. Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis. A Companhia e a Suzano avaliarão o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.2. Políticas contábeis adotadas:** As normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. **3.2.1. Demonstrações financeiras:** **3.2.1.1. Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora. **3.2.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Suzano na mesma data-base, exceto a controlada Suzano Packaging e as coligadas Biomax e Simplifyber que possuem defasagem inferior a três meses em relação à data-base das referidas demonstrações financeiras, conforme as disposições do CPC 18/IAS 28. A Suzano avalia os efeitos da defasagem e reflete os impactos de eventos relevantes no resultado consolidado. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas operações significativas que alterem a posição financeira reportada nos relatórios financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía o investimento na coligada Spinnova, no montante de R\$54.393, representando 18,76% do patrimônio líquido da referida coligada. Até a data de emissão deste relatório, as últimas demonstrações financeiras publicadas para esse investimento apresentavam defasagem superior a três meses. Nessas circunstâncias, o investimento é mensurado com base na última informação disponível, sendo realizados os ajustes necessários em decorrência dos efeitos de transações e eventos significativos, os quais não têm efeito relevante sobre o resultado consolidado. A Suzano consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Quando aplicável, a participação dos acionistas não controladores é destacada. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e operações em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. **3.2.1.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. **3.2.2. Investimentos:** **3.2.2.1. Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.2.2. Investimentos em operações em conjunto:** São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. **3.2.2.3. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convenicionado, do controle do negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. **3.2.2.4. Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para o adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, civil e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos. As transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado são avaliadas conforme aplicam-se as orientações complementares do CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto para avaliação dos critérios de reconhecimento inicial. Para os investimentos definidos com base no método da equivalência patrimonial, o

investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. O excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas. **3.2.3. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que, para a controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. As controladas que são exceções e não possuem moeda funcional Real são: • Suzano Packaging, controlada no exterior cuja moeda funcional é o Dólar; • Simplifyber, coligada no exterior, cuja moeda funcional é o Dólar; • Spinnova, coligada no exterior cuja moeda funcional é o Euro. Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas na moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. A variação cambial decorrente da conversão de investimento em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, de toda ou parte da operação. **3.2.5. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme o modelo de gestão vigente (nota 28). Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes: Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo. Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade. **3.2.6. Instrumentos financeiros:** **3.2.6.1. Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.6.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecido na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhora no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **Caixa e equivalentes de Caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores originados pelas transações de venda, registrados pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Suzano. A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. **Fornecedores e operações de risco sacado:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Suzano. As operações de risco sacado são disponibilizadas para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Suzano. Nesta operação, as instituições financeiras pagam os fornecedores que optaram pelo recebimento antecipado em troca de um desconto e, quando contratado entre às instituições financeiras e os fornecedores (a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores), a Suzano paga às instituições financeiras na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, estas operações não alteram os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente acordadas) e não afeta a Suzano com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Suzano são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa. Dessa forma, a Suzano continua reconhecendo os fornecedores que optaram pelo risco sacado nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Suzano não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.2.6.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São instrumentos financeiros mantidos pela Suzano (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Suzano optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em

outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Para tais ativos financeiros, a Suzano avalia periodicamente reduções relevantes ou prolongadas no valor justo do título abaixo de seu custo, com o objetivo de identificar potencial deterioração e a perda por redução ao valor recuperável, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes. **3.2.6.1.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Os instrumentos de hedge são derivativos contratados exclusivamente visando proteção dos riscos financeiros da Suzano. Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial. **3.2.7. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete. Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques. **3.2.8. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio e a colheita de 6 (seis) a 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo no momento da sua colheita. Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("income approach") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo. **3.2.9. Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Suzano. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.10. Arrendamento:** Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predetermine como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento com cláusulas de: (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados; (ii) garantia de valor residual; e (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$ 5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.2.11. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial, o qual corresponde ao seu valor justo na data da aquisição. No caso de ativos intangíveis obtidos em uma combinação de negócios, o custo é determinado pelo valor justo apurado na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivos são registrados no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas PECLD:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(30.300)	(31.962)
(Provisão)/Reversões, líquidas	(119.417)	(2.585)
Baixa	16.937	5.790
Varição cambial	1.232	(1.543)
Saldo no final do exercício	(131.548)	(30.300)

A Suzano mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de PECLD, de acordo com a política de crédito da Suzano. **7.4. Informações sobre os principais clientes:** Em 31 de dezembro de 2025 a Suzano possuía 1 (um) cliente responsável por 11,05% da receita líquida total dos segmentos operacionais celulose e 1 (um) cliente responsável por 12,45% no seguimento operacional papel. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía cliente responsável acima de 10,00% da receita líquida total dos segmentos operacionais celulose e papel.

8. Estoques - consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados		
Celulose		
No Brasil	644.881	801.623
No exterior	1.713.394	1.510.985
Papel		
No Brasil	587.216	561.409
No exterior	507.999	362.027
Produtos em elaboração	113.212	135.380
Matérias-primas		
Madeira para produção	2.267.720	2.287.406
Insumos e embalagens	1.037.696	1.098.894
Materiais de almoxarifado e outros	1.491.820	1.302.534
Perdas estimadas	(208.091)	(97.934)
	8.155.847	7.962.324

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
8.1. Movimentação da provisão para perdas:		
Saldo no início do exercício	(97.934)	(95.053)
Adições	(150.133)	(83.705)
Reversões	8.498	6.352
Baixas	31.478	74.472
Saldo no final do exercício	(208.091)	(97.934)

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não existiam estoques oferecidos em garantia.

9. Tributos a recuperar:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	716.227	341.113	10.015	113.635
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	128.631	187.126		
PIS/COFINS - operações	567.872	789.667		
PIS/COFINS - exclusão de ICMS ⁽²⁾	324.819	405.407		
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ⁽³⁾	472.382	471.825		
ICMS - operações ⁽⁴⁾	1.889.151	1.654.162		
Programa Reintegra ⁽⁵⁾	58.790	70.610		
Outros impostos e contribuições	119.406	64.447		
Provisão para perda de créditos de ICMS ⁽⁶⁾	(1.775.113)	(1.581.961)		
	2.502.165	2.402.396	10.015	113.635
Circulante	1.556.466	1.223.271	10.015	113.635
Não circulante	945.699	1.179.125		

⁽¹⁾ Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"); Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente. ⁽²⁾ A Suzano e suas controladas ajustaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992. ⁽³⁾ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"); Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado na Suzano são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS

11.1. Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025
Transações com partes relacionadas - Consolidado						
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	2	21			(4.961)	(5.173)
Ibema Companhia Brasileira de Papel ⁽¹⁾	68.209	83.343	(658)	(1.413)	189.280	211.482
Bexma Comercial Ltda.	6	150			3.826	5.760
Ficus Empreendimentos e Participações S.A.			(82)	(31)		
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.			(81)	(30)		
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.			(161)	(61)		
Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.			217	135		
SPLF Investimentos e Participações Ltda.					2.901	3.411
BS Participações S.A.					124	347
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.					508	794
Naman Capital Ltda.	333				4.758	3.477
Civelec Participações Ltda.	2.895	3.860				
Fundação Arymax	5				13	5
IPLF Holding S.A.		1			5	10
Mabex Representações e Participações Ltda.			(16)	(23)	(1.165)	(915)
Woodspin Oy		203			625	854
Polpar S.A.	2					
Administradores	914	61			1.399	538
Outros acionistas						
	72.366	87.639	(2.732.272)	(2.129.278)	197.313	220.590
Transações com controladas diretas e indiretas - Controladora						
Suzano S.A.	412.145	630.387	(7)	(4)	310	(66)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	7				186	179
Premesa S.A.	4.439				762	795
	416.591	630.387	(7)	(4)	1.258	908
Ativos com partes relacionadas - Consolidado						
Contas a receber de clientes	68.209	83.343				
Outros ativos	4.157	4.296				
Passivo com partes relacionadas - Consolidado						
Fornecedores			(674)	(1.436)		
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar			(2.732.272)	(2.129.278)		
Outros passivos			(107)	13		
	72.366	87.639	(2.733.053)	(2.130.701)		
Ativos com controladas diretas e indiretas - Controladora						
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	412.145	630.366				
Outros ativos	4.446	21	(7)			
Passivo com controladas diretas e indiretas - Controladora						
Outros passivos				(4)		
	416.591	630.387	(7)	(4)		

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

11.2. Remuneração dos administradores: As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de Curto Prazo				
Salário ou Pró-Labore	43.372	51.278	2.891	2.809
Benefícios direto ou indireto	1.460	2.085	130	189
Bônus	23.901	16.552		1.671
	68.733	69.915	3.021	4.669
Benefícios de Longo Prazo				
Pagamento baseado em ações	92.114	99.051		
	160.847	168.966	3.021	4.669

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada). Os benefícios de longo

prazo da Suzano e suas controladas incluem planos de ações fantasmas ("Phantom Shares - PS"), ações de desempenho ("Performance Shares") e direitos de valorização de ações (share appreciation rights - SAR) destinados a executivos e membros-chave da Administração, conforme regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22. **12. Imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"):** A Administração da Suzano acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não tributação, a Suzano ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Suzano nos autos da referida ação judicial, a Suzano decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL sobre o lucro líquido da Suzano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não há provisão quanto ao imposto relativo a não tributação ao lucro da referida controlada em 2025. As divulgações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social (ICPC 22/IFRIC 23) estão apresentadas na nota 20.2.

Controle do ativo Imobilizado ("CIAP"). ⁽⁴⁾ Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul e São Paulo, onde a Suzano busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretária da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de papel e bens e consumo (tissue) no mercado interno. ⁽⁵⁾ Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais. ⁽⁶⁾ Refere-se à provisão para perda de ICMS com baixa perspectiva de realização. **9.1. Movimentação da provisão para perda:**

	Consolidado - ICMS	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(1.581.961)	(1.452.435)
Adição	(374.166)	(316.741)
Reversão ⁽¹⁾	181.014	186.014
Baixa		1.201
Saldo no final do exercício	(1.775.113)	(1.581.961)

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a reversão da provisão para perda decorrente da recuperação dos créditos de ICMS do estado do Espírito Santo, mediante venda a terceiros. **9.2. Período estimado de realização:** A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração da Suzano, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2026	1.556.466	
2027	297.806	
2028	328.441	
2029	162.888	
2030 em diante	156.564	
	2.502.165	

10. Adiantamento a fornecedores:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Programa de fomento florestal	2.788.262	2.503.537
Adiantamentos a fornecedores - outros	76.818	92.133
	2.865.080	2.595.670

Circulante

Não circulante

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Suzano. A Suzano fornece as mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados em volume de madeira em pé ou cortada. Adicionalmente, a Suzano apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Suzano tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente. **11. Partes relacionadas:** As operações comerciais e financeiras da Companhia e suas controladas com acionistas controladores, controladas e empresas pertencentes a Companhia ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. As transações referem-se basicamente a: Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) juros sobre capital próprio e dividendos a receber; (iii) reembolso de despesas; e (iv) serviços sociais. Valores passivos: (i) contratos de mútuo; (ii) compra de bens de consumo; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) comissão de agente; (v) serviços portuários; (vi) reembolso de despesas; (vii) serviços sociais; (viii) consultoria imobiliária; e (ix) juros sobre capital próprio e dividendos a pagar. Valores no resultado: (i) venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) encargos com empréstimos e variação cambial; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) serviços portuários; (v) concessão de fianças e gastos administrativos; (vi) geração e distribuição de energia; (vii) serviços sociais; e (viii) consultoria imobiliária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

12.1. Impostos diferidos: 12.1.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda	982.480	796.831		
Base negativa da contribuição social	381.600	307.143		
Diferenças temporárias ativas	269.757	324.873	1.274	1.373
Provisão para passivos judiciais	560.577	517.166		
Provisões operacionais	619.567	547.242		
Provisão para perdas diversas	251.990	245.331		
Provisão para passivo atuarial	3.443.822	7.385.034		
Varição cambial		2.230.835		
Perda com Derivativos ("MtM") ⁽¹⁾				
Amortização da mais-valia decorrente da combinação de negócios	620.973	625.745		
Lucro não realizado nos estoques	237.740	539.157		
Arrendamento ⁽¹⁾	541.431	606.944		
	7.909.937	14.126.301	1.274	1.373

Diferenças temporárias passivas

Ágio - aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente 1.878.119 1.589.887

Imobilizado - custo atribuído 985.901 1.066.883

Depreciação incentivada pelo lucro na exploração ⁽²⁾ 668.603 733.640

Juros capitalizados 937.829 947.482

Valor justo dos ativos biológicos 1.425.535 1.317.095

Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido 313.464 342.141

Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS 115.003 137.928

Ganhos, com Derivativos ("MtM") ⁽¹⁾ 66.308

Demais diferenças temporárias 13.872 18.439

Ativo não circulante

Passivo não circulante

⁽¹⁾ A Companhia e a Suzano apresentam o saldo líquido de derivativos e arrendamento, pois os ganhos e perdas dos tributos diferidos são compensados de forma simultânea. Para a linha de derivativos, a diferença temporária passiva foi de R\$3.065.768 e a diferença temporária ativa foi de R\$3.001.133 no consolidado (diferença temporária passiva foi de R\$1.321.614 e a diferença temporária ativa foi de R\$3.552.449 no consolidado em 31 de dezembro de 2024). Para a linha de arrendamento, a diferença temporária passiva foi de R\$1.767.605 e a diferença temporária ativa de R\$2.309.036 no consolidado (diferença temporária passiva foi de R\$1.763.847 e a diferença temporária ativa de R\$2.370.791 no consolidado em 31 de dezembro de 2024). ⁽²⁾ A depreciação incentivada é atribuída somente ao IRPJ.

12.1.2. Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda a compensar	4.013.616	3.271.082	65.282	65.426
Base negativa da contribuição social a compensar	4.303.115	3.475.877	47.904	48.049

12.1.3. Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	7.972.806	535.324	1.373	1.475
Prejuízo fiscal do imposto de renda	185.649	(413.137)		
Base negativa da contribuição social	74.457	(149.887)		
Provisão para passivos judiciais	(55.116)	715		
Provisões operacionais e para perdas diversas	122.395	93.444	(99)	(102)
Varição cambial	(3.941.212)			

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18.2. Cronograma de vencimentos - não circulante:

	Consolidado					2032 em diante	Total
	2027	2028	2029	2030	2031		
Em moeda estrangeira							
<i>Bonds</i>		2.738.532	9.483.763	5.432.629	6.880.029	17.871.011	42.405.964
Panda Bonds	942.700	1.018.648		78.593			2.039.941
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	3.298.964	3.433.498	3.905.821	5.382.592	880.430		16.901.305
Financiamento de ativos	106.899	65.487	6.140				178.526
ECA - Export Credit Agency					684.513	1.093.671	1.778.184
IFC - International Finance Corporation							5.182.737
	278.177	1.415.340	2.304.815	1.184.405			1.778.184
	4.626.740	8.671.505	15.700.539	12.078.219	8.444.972	18.964.682	68.486.657
Em moeda nacional							
BNDES - T.JLP	3.727	3.727	3.727	621			11.802
BNDES - TLP	159.985	157.152	142.987	377.906	477.203	4.246.955	5.562.188
BNDES - Fixo	10.100	10.100	10.100	10.100	10.100	417.525	468.025
BNDES - Selic	39.390	39.390	39.390	39.390	39.390	317.655	514.605
BNDES - TR	11.068	11.068	11.068	11.068	11.068	98.422	153.762
Ecoinvest			73.617	73.617	73.617	106.412	327.263
Financiamento de ativos	19.113	19.033	68				38.214
NCE ("Nota de crédito à exportação")	25.000	25.000	25.000	25.000		1.954.437	1.954.437
CPR - Cédula de produto rural				2.000.000	3.000.000		5.000.000
NCR ("Nota de Crédito Rural")				553.536	500.000	8.125.863	9.179.399
Debêntures						15.267.269	23.309.695
	268.383	265.470	305.957	3.091.238	4.111.378	15.267.269	23.309.695
	4.895.123	8.936.975	16.006.496	15.169.457	12.556.350	34.231.951	91.796.352

18.3. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Início do exercício	101.435.531	77.172.692
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	23.871.760	15.692.905
Juros apropriados	5.953.778	5.413.707
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(8.384.101)	17.728.324
Pagamento de principal	(22.353.325)	(9.410.807)
Pagamento de juros	(5.817.907)	(5.241.389)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	101.803	80.099
Outras	(6.282)	
Fim do exercício	94.801.257	101.435.531

18.4. Custo de captação: O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Consolidado			
	Custo	Amortização	Saldo a amortizar 31/12/2025	31/12/2024
<i>Bonds</i>	411.818	269.220	142.598	168.450
Panda Bonds	6.183	566	5.617	
CPR - Cédula de produto rural	65.177	1.358	63.819	
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	180.466	108.854	71.612	63.080
Debêntures	156.800	46.391	110.409	125.663
BNDES	97.685	56.662	41.023	25.777
ECA - Export Credit Agency	13.615	1.543	12.072	
IFC - International Finance Corporation	81.956	24.770	57.186	78.719
Outros	4.797	156	4.641	6.799
	1.018.497	509.520	508.977	468.488

18.5. Garantias: Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Suzano, conforme divulgado na nota 15.1. A Suzano não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos. **18.6. Operações relevantes contratadas no exercício:** **18.6.1. Pré-pagamento de exportação:** Em 10 de março de 2025, a Suzano efetuou, junto a um sindicato de bancos no exterior, a captação de um pré-pagamento de exportação ("PPE") com valor de US\$1.200.000 (equivalentes a R\$6.951.600), com taxa fluante em Term SOFR 3 meses + 1,45% a.a. com vencimento final em março de 2031. Em 24 de abril de 2025, a Suzano efetuou, junto ao banco JP Morgan, a captação de um PPE com valor de US\$250.000 (equivalentes a R\$ 1.418.488), com taxa fluante em Term SOFR 6 meses + 1,75% a.a. com vencimento final em abril de 2030. Em 24 de abril de 2025, a Suzano efetuou, junto ao banco JP Morgan, a captação de um PPE como estratégia de renovação de vencimento de dívida, com valor de US\$151.000 (equivalentes a R\$ 856.552), com taxa fluante em Term SOFR 6 meses + 1,75% a.a. com vencimento final em abril de 2030. Em 03 de julho de 2025, a Suzano efetuou, junto ao banco MUFJ, a captação de um PPE com valor de US\$100.000 (equivalentes a R\$542.080), com taxa fluante em Term SOFR 3 meses + 1,5% a.a. com vencimento final em julho de 2030. **18.6.2. Nota de crédito rural ("NCR"):** Em 23 de maio de 2025, a Suzano efetuou, junto ao banco Itaú Unibanco, a captação de uma Nota de Crédito Rural ("NCR") com valor de R\$3.000.000, indexados pela taxa fixa de 13,54% a.a., com vencimento em 31 de janeiro de 2031. **18.6.3. Eco Invest ("Ecoinvest"):** Em 27 de junho de 2025, a Suzano efetuou, através de sua joint operation Veracel, junto ao Banco do Brasil, a captação de um crédito agroindustrial do Programa Eco Invest Brasil com valor de R\$331.278, com taxa 101% do CDI e vencimento em 05 de abril de 2030. **18.6.4. Export Development Canada ("EDC"):** Em 21 de julho de 2025, a Suzano efetuou, junto ao EDC a captação de um financiamento no valor de US\$200.000 (equivalentes a R\$1.112.500) com taxa fluante de Daily SOFR + 1,75% a.a., com vencimento final em julho de 2032. **18.6.5. Cédula do Produto Rural ("CPR"):** Em 15 de setembro de 2025, a Suzano captou a CPR no valor total de R\$2.000.000. A CPR é composta por três partes: (i) montante de R\$293.255 ao

19. Arrendamento: 19.1 Direito de uso: A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado					Controladora
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.380.298	184.813	131.994	1.498.228	5.860	5.201.193
Adições/atualizações	506.373	157.542	41.417		39.076	744.408
Depreciações ⁽¹⁾	(408.000)	(167.312)	(55.243)	(124.890)	(2.587)	(758.032)
Baixas ⁽²⁾	(3.102)					(3.102)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.475.569	175.043	118.168	1.373.338	42.349	5.184.467
Adições/atualizações	618.637	212.173	135.833	10.765	977.408	174
Depreciações ⁽¹⁾	(441.499)	(200.883)	(59.647)	(122.833)	(1.622)	(826.484)
Baixas ⁽²⁾	(327)	(277)	(65)			(669)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.652.380	186.056	194.289	1.261.270	40.727	5.334.722

⁽¹⁾ O montante de depreciação relativo aos arrendamentos de terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação. ⁽²⁾ Baixas decorrentes de cancelamentos de contratos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não estavam comprometidas com contrato de arrendamento ainda não iniciado.

19.2. Contas a pagar de arrendamento: O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Consolidado		
	Taxa média de desconto % a.a. ⁽¹⁾	Vencimento final ⁽²⁾	Valor presente do passivo
Terras e terrenos	12,62%	setembro/2053	4.173.418
Máquinas e equipamentos	11,65%	abril/2035	312.782
Imóveis	11,27%	fevereiro/2035	194.453
Navios e embarcações	11,25%	fevereiro/2039	2.231.092
Veículos	11,10%	novembro/2028	21.513
			6.933.258

⁽¹⁾ Para a determinação das taxas de desconto, foi utilizada a taxa de mercado CDI obtida na curva do site oficial da B3, considerando o prazo equivalente ao vencimento final e a natureza dos contratos. ⁽²⁾ Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação. A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	6.977.064	6.248.568	4.149	4.786
Adições	977.408	744.542	174	316
Baixas	(669)	(3.102)		
Pagamentos	(1.449.476)	(1.326.837)	(1.503)	(1.439)
Apropriação de encargos financeiros ⁽¹⁾	733.890	700.769	548	486
Variação cambial	(304.959)	613.124		
Saldo no final do exercício	6.933.258	6.977.064	3.368	4.149
Circulante	858.920	873.175	1.110	947
Não circulante	6.074.338	6.103.889	2.258	3.202

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$265.463 no consolidado (R\$249.135 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação. O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

custo de 96,50% do CDI e prazo total de oito anos, com amortização integral em setembro de 2033; (ii) montante de R\$956.745 ao custo de IPCA + 7,0753% a.a. e prazo total de dez anos, com amortização integral em setembro de 2035; e (iii) montante de R\$750.000 ao custo de IPCA + 7,0968% a.a. e prazo total de doze anos, com amortizações integral em setembro de 2037. **18.6.6. Bonds 2036:** Em 10 de setembro de 2025, a Suzano, através de sua subsidiária integral Suzano Netherlands B.V., efetuou junto ao mercado a captação de um bond no valor de US\$1.000.000 (equivalentes a R\$5.412.300) com taxa fixa de 5,5% a.a. e vencimento final em janeiro de 2036. **18.6.7. Panda Bonds:** Em 21 de outubro de 2025, a Suzano, através da sua subsidiária integral Suzano International Finance B.V., efetuou a emissão de duas séries de Panda Bonds na China, a primeira série no valor de CNY1.300.000 (equivalentes a US\$182.734 e R\$983.986), ao custo fixo de 2,55% a.a. e vencimento em outubro de 2028 e a segunda série no valor de CNY100.000 (equivalente a US\$14.056 e R\$75.691) ao custo de 2,90% a.a. e vencimento em outubro de 2030. **18.7. Operações relevantes liquidadas no exercício:** Em 14 de janeiro de 2025, a Suzano liquidou, conforme vencimento, um bond ao custo 4% a.a., operação à mercado, no valor total de US\$346.445 (equivalentes a R\$ 2.101.917 (principal e juros)). Em 10 de março de 2025, a Suzano liquidou parcialmente, de forma antecipada, um PPE, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US\$1.486.064 (equivalentes a R\$8.608.769 (principal e juros)). O valor residual da operação manteve seu vencimento original em março de 2027, com taxa fluante em SOFR + 1,4% a.a. Em 24 de março de 2025, a Suzano liquidou, uma Cédula de Produtor Rural ("CPR"), junto ao banco Safra, no valor total de R\$221.942 (principal e juros). O vencimento da CPR foi em março de 2025 e a taxa de 100% do CDI a.a. Em 24 de abril de 2025, a Suzano liquidou, de forma antecipada, um PPE no custo Term SOFR 3 meses + 1,93% a.a., junto ao banco JP Morgan, no valor total de US\$153.869 (equivalentes a R\$873.023 (principal e juros)). Em 17 de maio de 2025, a Suzano liquidou, conforme vencimento, um ACC, junto ao banco BNP Paribas, no valor total de US\$106.585 (equivalentes a R\$605.819 (principal e juros)). Em 21 de maio de 2025, a Suzano liquidou, conforme vencimento, um ACC, junto ao banco BNP Paribas, no valor total de US\$37.123 (equivalentes a R\$210.942 (principal e juros)). Em 09 de junho de 2025, a Suzano liquidou, conforme vencimento, um ACC, junto ao banco BNP Paribas, no valor total de US\$ 15.988 (equivalentes a R\$89.170 (principal e juros)). Em 11 de setembro de 2025, a Suzano liquidou parcialmente, de forma antecipada através de um Tender Offer, um bond no valor total US\$401.545 (equivalentes a R\$2.162.639 (principal e juros)) como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O montante restante do instrumento foi liquidado em 19 de setembro de 2025, através de uma operação de make whole, no valor de US\$304.737 (equivalente a R\$ 1.623.519 (principal e juros)). O vencimento original do bond era em janeiro de 2027 e a taxa de 5,5% a.a. Em 11 de setembro de 2025, a Suzano liquidou parcialmente, de forma antecipada através de um Tender Offer, um bond no valor total US\$233.807 (equivalentes a R\$1.259.239 (principal e juros)) como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O vencimento original do bond era em janeiro de 2026 e a taxa de 5,75% a.a. Em 26 de setembro de 2025, a Suzano realizou a amortização extraordinária total sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da 8ª emissão, mediante o pagamento do valor total de R\$811.766 (Principal e juros). Em 14 de outubro de 2025, a Suzano liquidou, de forma antecipada, um PPE no custo Term SOFR 3 meses + 1,41% a.a., junto ao banco Bank of China, no valor total de US\$ 47.350 (equivalentes a R\$260.342 (principal e juros)). Em 15 de outubro de 2025, a Suzano liquidou de forma antecipada, através de uma operação de make Whole, o montante restante do bond com vencimento original em janeiro de 2026 e taxa de 5,75% a.a. A operação foi no valor de US\$ 289.069 (equivalente a R\$ 1.574.386 (principal e juros)). Em 13 de novembro de 2025, a Suzano liquidou totalmente, de forma antecipada, um PPE, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US\$ 51.850 (equivalentes a R\$273.873 (principal e juros)). O vencimento original era março de 2027 com taxa fluante em SOFR + 1,41% a.a. Em 08 de dezembro de 2025, a Suzano liquidou totalmente o saldo remanescente do PPE liquidado parcialmente em 10 de março de 2025, no valor de US\$ 81.124 (equivalente a R\$440.091 (principal e juros)). A linha possuía com taxa fluante em SOFR + 1,41% a.a.

19.2.1. Valores reconhecidos no resultado do exercício: A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora
	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos de curto prazo	3.191	6.477	
Ativos de baixo valor	56	4.083	
	3.247	10.560	
19.2.2. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar: O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:			
	Consolidado		Controladora
	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos de curto prazo	3.191	6.477	
Ativos de baixo valor	56	4.083	
	3.247	10.560	

19.2.2. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar: O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Consolidado		Controladora
	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos de curto prazo	3.191	6.477	
Ativos de baixo valor	56	4.083	
	3.247	10.560	

19.2.3. Fluxo projetado com inflação: Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo real				
Direito de uso	5.334.722	5.184.467	2.933	3.776
Passivo de arrendamento	11.910.823	12.144.992	7.062	6.818
Encargos financeiros	(4.971.693)	(5.166.185)	2.178	(926)
	6.939.130	6.978.807	9.240	5.892

Fluxo inflacionado

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso	6.842.463	6.658.962	3.762	4.850
Passivo de arrendamento	14.546.545	14.680.662	8.625	8.241
Encargos financeiros	(6.124.806)	(6.265.471)	2.683	(1.123)
	8.421.739	8.415.191	11.308	7.118

20. Provisão para passivos judiciais: A Suzano está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários. A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. A Administração da Suzano acredita que, com base nos elementos existentes na data-base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as provisões para riscos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários, constituídas de acordo com o CPC 25/IAS 37, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

20.1. Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais:

||
||
||

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Administração da Companhia aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio pela Companhia, no valor bruto total de R\$657.327. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025
Resultado do exercício	3.989.587
Constituição de reserva legal - 5%	199.480
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	63.818
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.726.289
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	931.573
Dividendos antecipados ⁽¹⁾	438.471
Reserva de lucros a realizar ⁽²⁾	493.102
Resultado remanescente	2.794.716
Reserva para aumento de capital - 90%	2.515.244
Reserva estatutária especial - 10%	279.472

⁽¹⁾ Vide nota explicativa 1.2.4. ⁽²⁾ A Companhia constitui a reserva de lucros a realizar, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, proveniente do recebimento dos dividendos da Suzano, que distribui pelo critério de 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e não pelo critério de 25% do lucro do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no seu estatuto social dos dois critérios o menor. **24.3 Reservas: 24.3.1. Reservas de capital:** A reserva de capital é composta pelos ganhos de variação de participação em controlada. **24.3.2. Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$199.480 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$483.458. (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$2.550.397 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$919.992. (iii) Estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$283.378 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$606.404. (iv) Incentivos fiscais reflexa: são as subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$433.418 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$369.600. (v) Reserva de lucros a realizar: constituída nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, e que quando realizados, e que não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, sejam acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$493.102 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.340.824. O saldo acumulado de reserva de lucros não superou os limites estabelecidos no estatuto da Companhia. **24.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidas da Suzano, e pelos ganhos e perdas de variação de participação decorrente de recompra de ações da controlada Suzano. **25. Resultado por ação: 25.1. Básico:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

	31/12/2025			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	1.638.358	1.647.004	704.225	3.989.587
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	305.587	279.273	119.411	704.271
Resultado básico por ação	5,36134	5,89747	5,89747	

	31/12/2024			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(867.149)	(871.725)	(372.732)	(2.111.606)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	305.587	279.273	119.411	704.271
Resultado básico por ação	(2,83765)	(3,12141)	(3,12141)	

25.2. Diluído: O resultado diluído por ação é calculado no pressuposto da conversão de todas as opções de compra de ações ordinárias da Suzano, que provocariam reflexos no lucro atribuível à Companhia.

	31/12/2025			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	1.634.382	1.643.006	702.516	3.979.904
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	305.587	279.273	119.411	704.271
Resultado diluído por ação	5,34833	5,88316	5,88316	

	31/12/2024			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(867.149)	(871.725)	(372.731)	(2.111.605)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	305.587	279.273	119.411	704.271
Resultado diluído por ação	(2,83765)	(3,12141)	(3,12141)	

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(5.679.047)	(4.453.739)		
PIS e COFINS dos juros sobre capital próprio recebido	(68.599)		(68.599)	
Prêmio sobre liquidação antecipada	(110.060)			
Amortização de custos de transação, ágio e deságio	(101.926)	(80.099)		
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento ⁽²⁾	(468.289)	(451.634)	(410)	(486)
Outras	(524.777)	(557.006)	(100)	(88)
	(6.884.099)	(5.611.077)	(510)	(69.173)
Receitas financeiras				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.591.439	1.603.218	6.628	4.050
Juros sobre outros ativos	183.916	164.289	1.346	609
	1.775.355	1.767.507	7.974	4.659

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros derivativos				
Receitas	10.033.761	2.669.394		
Despesas	(2.705.077)	(11.782.077)		
	7.328.684	(9.112.683)		

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.384.101	(17.728.324)		
Arrendamento	304.959	(613.124)		
Outros ativos e passivos ⁽³⁾	(1.138.450)	2.456.455		
	7.550.610	(15.884.993)		
Resultado financeiro, líquido	9.770.550	(28.841.246)	7.464	(64.514)

⁽¹⁾ Exclui R\$274.731 no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados, relacionado, substancialmente, ao imobilizado em andamento do Projeto Cerrado (R\$959.968 no consolidado em 31 de dezembro de 2024). ⁽²⁾ Inclui R\$265.463 no consolidado (R\$249.135 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), referente à reclassificação para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação. ⁽³⁾ Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	60.464.314	57.019.915

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Deduções		
Devoluções e cancelamentos	(174.694)	(235.100)
Descontos e abatimentos	(7.863.333)	(6.936.630)
	52.426.287	49.848.185

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Impostos sobre as vendas		
Receita líquida	50.116.256	47.405.389

28. Informação por segmento - consolidado: 28.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais: O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária da Companhia e da Suzano avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio por meio do EBITDA Ajustado. A Suzano revisou a nota de segmento para apresentar o EBITDA Ajustado como sua medida de desempenho. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes: i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo. ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade. iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis. As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia e da Suzano que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas. Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão substancialmente localizados no Brasil.

28.2. Informações dos segmentos operacionais:

	Consolidado				
	31/12/2025				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não segmentado	Total
Receita líquida	37.816.141	12.299.538	577		50.116.256
Mercado interno (Brasil)	1.786.984	7.462.804	577		9.250.365
Mercado externo	36.029.157	4.836.734			40.865.891
Ásia	17.987.863	45.083			18.032.946
Europa	10.532.908	344.813			10.877.721
América do Norte	6.901.189	3.321.114			10.222.303
América do Sul e Central	588.451	1.069.113			1.657.564
África	18.746	56.611			75.357

	Consolidado				
	31/12/2025				
Custo dos Produtos Vendidos	(25.321.167)	(8.568.337)	(813)		(33.890.317)
EBITDA Ajustado	18.896.947	2.845.472	(866)	(6.253)	21.735.300

	Consolidado				
	31/12/2024				
Ajustes ao EBITDA (*)					209.947
Depreciação, exaustão e amortização					(11.298.347)
Resultado financeiro					9.770.550

	Consolidado				
	31/12/2024				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social					20.417.450

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não segmentado	Total
Receita líquida	37.593.462	9.809.819	2.108		47.405.389
Mercado interno (Brasil)	2.295.258	7.278.586	2.108		9.575.952
Mercado externo	35.298.204	2.531.233			37.829.437
Ásia	15.760.800	24.767			15.785.567
Europa	11.895.394	355.784			12.251.178
América do Norte	6.965.731	914.234			7.879.965
América do Sul e Central	670.157	1.179.840			1.849.997
África	6.122	56.608			62.730

	Consolidado				
	31/12/2024				
Custo dos Produtos Vendidos	(21.261.705)	(6.139.822)	(988)		(27.402.515)
EBITDA Ajustado	20.866.160	2.983.040	1.558	(5.387)	23.845.371

	Consolidado				
	31/12/2024				
Ajustes ao EBITDA (*)					1.065.887
Depreciação, exaustão e amortização					(9.225.034)
Resultado financeiro					(28.841.246)

	Consolidado				
	31/12/2024				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social					(13.155.022)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(*) Ajustes ao EBITDA				
Atualização do valor justo do ativo biológico	1.516.458	1.431.530		
Equivalência patrimonial ⁽²⁾ ⁽³⁾	(409.212)	(13.845)		
Impairment de subsidiárias ⁽²⁾	(88.871)			
Resultado na venda e baixa de ativos não circulantes	(386.396)	(169.284)		
Reversão (provisão) na perda de crédito de ICMS (nota 9.1)	(193.152)	(130.726)		
Gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios	(82.426)	(34.065)		
Baixa de madeira em pilha	(78.203)	(11.930)		
Gastos com reestruturações	(59.725)	(1.205)		
Outros ⁽¹⁾	(8.526)	(4.588)		
	209.947	1.065.887		

⁽¹⁾ Inclui itens com ajustes específicos, não caixa e excepcionais, como: i) perda efetiva do programa de adiantamento de contrato de fomento; ii) multas e distrato de contratos; iii) créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS; e iv) doações para catástrofes e pandemias. ⁽²⁾ Inclui o impacto da operação com a coligada Spinnova Plc envolvendo a joint venture Woodspin Oy e a controlada Suzano Finland Oy. ⁽³⁾ Inclui o impacto da operação com a coligada Ensyn Corporation envolvendo a joint venture F&E Technologies LLC e a controlada F&E Tecnologia do Brasil S.A.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
28.3 Receita líquida por produto:				
Produtos				
Celulose de mercado ⁽¹⁾	37.816.141	37.593.462		
Papel para impressão e escrita ⁽²⁾	8.260.804	8.478.489		
Papel cartão	3.999.186	1.270.872		
Outros	40.125	62.566		
	50.116.256	47.405.389		

⁽¹⁾ A receita líquida da celulose fluff representa 0,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado (0,7% em 31 de dezembro de 2024). ⁽²⁾ A receita líquida de tissue representa 5,7% do total

da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita (5,8% em 31 de dezembro de 2024). ⁽³⁾ O aumento das receitas de papel cartão decorre, substancialmente, das operações da Suzano Packaging LLC, adquirida em 1º de outubro de 2024. Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países, representando 39,30% e 13,80%, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (China e EUA representaram 36,92% e 16,08%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Argentina e Estados Unidos da América são os principais países, representando 5,79% e 67,53%, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Argentina e EUA representaram 10,96% e 22,50%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). O aumento das receitas dos Estados Unidos da América decorre, substancialmente, das operações da Suzano Packaging LLC, adquirida em 1º de outubro de 2024. Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **28.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill):** Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), decorrentes de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Suzano, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ágios e são apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora</	
--	-------------	--	----------------	--

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”)

Sobre o Comitê: O CAE da Suzano Holding S.A. (“*Suzano Holding*”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em dezembro de 2019. O CAE é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos. A maioria dos membros são independentes, sendo que ao menos um deles integra também o Conselho de Administração da Suzano Holding. Dentre os membros do CAE, o Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado atua como coordenador e o Sr. José Carlos Garbes, como especialista financeiro. De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano Holding, (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as normas internacionais

de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*. Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão limitada dos informes trimestrais (“*ITRs*”) arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios descritos acima. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 18 de março de 2026, contendo opinião sem ressalvas. Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pela Diretora Jurídica. **Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário:** O CAE se reuniu 6 (seis) vezes no período de janeiro a dezembro de 2025. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, destacamos: (i) Recomendação para aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Exame das informações trimestrais da companhia nos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025; (iii) Monitoramento da execução dos planos de remediação das recomendações indicadas na Carta de Recomendações dos auditores independentes;

(iv) Monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia; e (v) Acompanhamento do andamento dos trabalhos aprovados no plano de auditoria, inclusive quanto à integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e compliance. **Conclusão:** Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendamos, por unanimidade, a aprovação, pelo Comitê de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 18 de março de 2026

Marcos Sampaio de Almeida Prado

Coordenador

José Carlos Garbes
Especialista financeiro

Orlando de Souza Dias
Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) da Suzano Holding S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no § 1º, inciso VII do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do CAE, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 18 de março de 2026

José Carlos Garbes
Especialista financeiro

Orlando de Souza Dias
Membro

Marcos Sampaio de Almeida Prado
Coordenador

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 18 de março de 2026

Maria Cecília Castro Neves Ipiña
Diretora e Diretora de Relações com Investidores

Gabriela Feffer Moll
Diretora

David Feffer
Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Suzano Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.8 e 13)

Os ativos biológicos da controlada Suzano S.A. correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, menos as despesas de venda necessárias para colocar o ativo em condições de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2025, esses valores eram de R\$ 26.097.164 mil (Consolidado). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo, principalmente, o incremento médio anual (IMA) das florestas e o preço bruto médio de venda da madeira em pé em diferentes regiões.

Este é um assunto que permanece sob atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e a totalidade e acuracidade dos dados utilizados no cálculo. Com apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, avaliamos a aderência do modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência lógica e aritmética. Definimos como principais premissas na perspectiva da auditoria, o preço bruto médio de venda da madeira em pé em diferentes regiões e o incremento médio anual (IMA) das florestas. Efetuamos comparações com publicação externa especializada, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e os dados utilizados. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos e internos contratados pela administração para elaboração do cálculo do valor justo. Avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação do valor justo está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil.

Principais Assuntos de Auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento e as jurisprudências dos processos judiciais tributários e previdenciários e das incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e a opinião de especialistas jurídicos externos contratados, bem como avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração e o prognóstico de perda determinado pela Companhia e suas controladas.

Obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelas defesas da Companhia e suas controladas nos tribunais.

Para prognósticos onde as expectativas de perdas são avaliadas como possíveis e, especificamente para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, confrontamos com as respostas dos assessores jurídicos e analisamos as divulgações. Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento e os prognósticos de perda determinados, bem como avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentações suporte.

Observamos que as conclusões da administração e as documentações suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com nosso entendimento sobre os objetos das disputas judiciais, bem como com os valores e as divulgações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 18 de março de 2026

Daniel Vinícius Fumo
Contador - CRC 1SP256197/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>